

Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe *(Pernambuco e Alagoas, 1832-1848)*

Mariana Albuquerque Dantas*

Resumo: Nas províncias de Pernambuco e Alagoas, ao longo do século XIX, desenvolveram-se revoltas importantes para o processo de formação do Estado nacional brasileiro. Ainda que tenham sido iniciadas pelas elites provinciais, as revoltas contaram com intensa participação indígena, principalmente dos índios das aldeias de Barreiros e Jacuípe. O presente artigo analisa as motivações desses indígenas, bem como as formas que encontraram para se envolver na Guerra dos Cabanos (1832-1835) e na Insurreição Praieira (1848). Através das revoltas, eles se inseriam nos jogos políticos das elites rebeldes e dos governos repressores que, por sua vez, disputavam o trabalho dos índios no intuito de recrutá-los para as tropas em combate. A mão de obra e a participação política dos indígenas foram, portanto, cruciais no desenvolvimento dessas revoltas e nos embates políticos do período.

Palavras-chave: rebeliões, trabalho indígena, participação política indígena.

Abstract: Through the 19th Century, rebellions incurred in the provinces of Pernambuco and Alagoas as a significant process to the development of the Brazilian State. Even the movement of rebellions were initiated by provincial elites, indigenous groups had an intense participation on it, mainly groups from the villages of Barreiros and Jacuípe. This article analyses expectations, motivations, as well the way those indigenous groups was inserted in the Guerra dos Cabanos (1832-1835) and in the Insurreição Praieira (1848). Through these movements, indigenous became involved in a set of political values between the insurrectionist elite and the repressive government, that disputed the military and labour support by the Indigenous groups, demonstrating the importance of these populations in the armed conflicts and political disputes of the period.

Keywords: Rebellions, indigenous labour, indigenous political participation.

* Doutora em História pela UFF e professora da UFPE.

Introdução

Ao longo da primeira metade do século XIX, índios de aldeias de Pernambuco e Alagoas envolveram-se nas revoltas originadas a partir de conflitos entre as elites provinciais, sendo os principais movimentos rebeldes do período a Insurreição de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Guerra dos Cabanos (1832-1835) e a Insurreição Praieira (1848). Apesar de haver participação indígena em todas as rebeliões, no presente artigo trataremos das duas últimas, tendo em vista que os conflitos armados ocorreram nas regiões vizinhas aos aldeamentos, ou seja, na fronteira entre as duas províncias citadas. Os indígenas das aldeias de Barreiros e Jacuípe destacaram-se nos embates, apresentando envolvimento mais intenso. Levando em consideração as expectativas de governistas e rebeldes de utilizar o trabalho e a força militar dos índios, o objetivo é analisar a participação política indígena na Guerra dos Cabanos e na Praieira, tentando compreender as motivações e necessidades que levaram essas populações a se envolver nos conflitos armados das elites provinciais. A sua presença militar foi marcante nos movimentos, despertando sérias disputas pelo apoio entre rebeldes e governos repressores, nas quais se tentava convencer os indígenas por meio de promessas e propostas relacionadas aos seus interesses. Além da necessidade de tê-los como aliados, também era importante desarmá-los e evitar a continuidade dos conflitos nos quais, na maioria das vezes, eles tinham vantagem por conhecerem o território e por adotar a tática de guerrilha.

O envolvimento dos indígenas nas revoltas, na maioria das vezes, estava relacionado à defesa dos territórios coletivos das aldeias e à rede de relacionamentos construída com não índios nas localidades em que viviam. Ainda no século XIX, os espaços das aldeias eram centrais para os indígenas que nelas habitavam. Constituídas no período colonial, foram territórios onde os indígenas passaram a ter um novo regime de vida, reelaboraram suas vivências, culturas e identidades. O conceito de territorialização, elaborado por João Pacheco de Oliveira, é importante para compreender as transformações identitárias na constituição das aldeias. Entendido como um amplo e profundo processo de reorganização social acionado pela situação colonial, o conceito de territorialização implica na redefinição da relação de grupos indígenas com um território específico atribuído pelo colonizador português e na reelaboração de suas identidades e culturas.¹ Na nova unidade territorial, que foi imposta e também apropriada pelos indígenas, esses sujeitos históricos passaram a compreender a realidade política e social na qual participaram à sua própria maneira.

Podemos afirmar que diante da real possibilidade de escravização nos sertões e da violência nas relações com colonos, as aldeias significavam, então, o acesso concreto a terras e a certo grau de proteção, tal como demonstrou Maria Regina Celestino para o Rio de Janeiro colonial.² Ao chegarem ao século XIX continuava sendo crucial para os indígenas aldeados manter e defender suas terras coletivas que, a seu ver, deveriam ser administradas da maneira que lhes conviesse. O direito sobre as terras, em sociedades fortemente hierarquizadas e escravocratas

1 OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 22.

2 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 101-102.

como Pernambuco e o Rio de Janeiro oitocentistas, deveria ainda ser atraente.³ Portanto, o envolvimento nos conflitos das elites provinciais poderia parecer aos índios como mais uma estratégia para verem realizados os seus interesses e as suas necessidades sobre as terras.⁴

As duas revoltas aqui tratadas tiveram objetivos e propostas distintos. A Guerra dos Cabanos, ou Cabanada, teve princípio com a insatisfação de políticos conservadores de Pernambuco com as suas exonerações de cargos da administração imperial quando da abdicação de D. Pedro I em 1831. Iniciara-se um movimento da “gangorra política” provincial, como demonstra Marcus Carvalho, no qual os conservadores perderam suas funções e seu poder em favor dos liberais que ascenderam politicamente.⁵ Em Pernambuco, a defesa do retorno de D. Pedro I transformou-se em revolta em alguns pontos da província, com destaque para Vitória de Santo Antão, onde o capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo arregimentou tropas em prol dessa causa. Vários proprietários de engenhos na Zona da Mata sul pernambucana e norte de Alagoas, importante área de produção açucareira, uniram-se ao movimento.⁶ Índigenas da aldeia de Jacuípe e alguns da aldeia de Barreiros entraram nos conflitos armados ao lado dos cabanos em função das alianças locais estabelecidas com não índios. Outro grupo de índios de Barreiros, liderado por Agostinho José Panaxo Arcoverde, apoiou a repressão ao movimento, demonstrando a cisão interna na aldeia. Com o desenvolvimento dos conflitos, vários líderes rebeldes que eram membros das elites foram presos, morreram em combate ou se retiraram do movimento. Nesse momento, a Cabanada ganhou contornos mais populares, agregando além dos índios, escravos e outros despossuídos pressionados pela produção de açúcar da região.

O contexto de eclosão da Insurreição Praieira também estava relacionado às mudanças da política imperial e a um novo movimento da “gangorra política”, na qual liberais eram despojados de seus cargos após o seu período de governo em Pernambuco conhecido como “Quinquênio Liberal” (1844-1848). Em 1848, vários proprietários praieiros (como os liberais eram chamados em Pernambuco) resistiram a cumprir a ordem de entregar seus cargos públicos e suas armas.⁷ Com isso, os conflitos armados iniciaram na Zona da Mata sul de Pernambuco e norte de Alagoas, nos quais novamente índios das aldeias de Jacuípe e Barreiros se envolveram. Dessa vez, os de Barreiros foram liderados por Bento Duarte, que ascendeu na aldeia depois da morte de Agostinho, conseguindo realizar sua própria rede de alianças e apoios mútuos com os políticos não índios da localidade. Em Jacuípe, os índios foram comandados por Maurício, nova liderança consolidada na situação de conflito.

3 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios, missionários e políticos: discursos e atuações político-culturais no Rio de Janeiro oitocentista”. In: SOIEHT, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 243.

4 CARVALHO, Marcus. “Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817/1848: ideologias e resistência”. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, nº 111, 1996, pp. 63-64.

5 CARVALHO, Marcus. “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os ‘jacubinos’: a Cabanada, 1832-1835”. In: DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 173.

6 ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. FREITAS, Décio. *Cabanos, os guerrilheiros do Imperador*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

7 CARVALHO, Marcus J. M. de. *A guerra dos Moraes: a luta dos senhores de engenho na praieira*. 1986. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. CARVALHO, Marcus. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)”. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121-184. MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Embora essas revoltas tenham se iniciado devido às discordâncias das elites provinciais em relação às mudanças ocorridas no poder centralizado, ambas as rebeliões ganharam uma projeção nacional, num jogo de escalas⁸ em que os embates mais localizados conectaram-se com questões nacionais, ganhando novos significados políticos. A contribuição dos indígenas se deu nessa teia de conexões em que a sua participação os alçou a disputas num panorama mais amplo. As contendas e demandas dos indígenas tiveram um caráter localizado, na maioria das vezes relacionadas aos usos dos territórios das aldeias. Mas através do seu envolvimento das revoltas, em alguns casos realizando alianças com importantes lideranças rebeldes, os indígenas conseguiram atrelar os seus interesses aos movimentos com projeção regional e nacional. As alianças e rivalidades construídas em suas relações com não indígenas nas localidades foram atualizadas com outros significados políticos advindos dos diferentes contextos de revolta. Conforme as estratégias utilizadas para participar dos movimentos revoltosos, os indígenas encontraram formas variadas de interferir nos destinos políticos provincial e nacional.

Como demonstra Marta Irurozqui em seu estudo sobre a participação indígena na revolução de 1870 em La Paz, Bolívia,⁹ a conexão entre as demandas mais localizadas com as reivindicações mais amplas dos líderes não indígenas das revoltas

no implicaba que los participantes en la contienda tuvieran que concebir sus intereses particulares como generales, sino que su colaboración fuese imprescindible para el logro de un objetivo considerado colectivamente como nacional.¹⁰

Assim, a colaboração dos indígenas de La Paz na revolta que conseguiu projeção nacional pode ser entendida pela articulação de suas demandas com as dos líderes rebeldes, lançando sua participação política para espaços mais amplos de discussão sobre projetos nacionais. Irurozqui consegue, dessa maneira, conectar necessidades mais localizadas dos indígenas com as propostas dos rebeldes. Com sua leitura, Irurozqui confere certo grau de autonomia política aos indígenas envolvidos na revolta, ao invés de percebê-los como personagens sem interesses e dispostos a seguir cegamente ordens dos líderes não indígenas.

Portanto, a participação de diferentes grupos indígenas nas revoltas ocorridas em Pernambuco pode ser entendida por sua interferência nesses momentos críticos da formação do Estado nacional. A sua inserção nas revoltas não implicava na mudança de suas reivindicações na tentativa de igualá-las às propostas políticas das elites envolvidas. Mas, no seu envolvimento nas malhas e redes de alianças, rivalidades, desenvolvidas em função de demandas localizadas, que estavam

8 REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In: *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 15-38.

9 Nessa ocasião, índios compuseram um exército auxiliar, marcando sua participação militar numa revolta encabeçada por Casimiro Corral, sendo esta realizada como um ato contra "o despotismo e a usurpação" instituídos pela reforma agrária do presidente Melgarejo. O grupo político opositor ao presidente se apoiou na aliança com grupos indígenas de La Paz e, estes, por sua vez, perceberam a oportunidade de se manifestarem contra as leis que ratificavam a vendas das terras de comunidade em hasta pública, por considerá-las propriedade do Estado. Assim, Irurozqui entende que a mobilização indígena na defesa de seus interesses coletivos proporcionou, naquele momento, sua conexão com movimentos mais gerais com alcance nacional, dando-lhes protagonismo no processo de constituição do Estado boliviano. IRUROZQUI, Marta. "El bautismo de la violencia. Indígenas patriotas en la revolución de 1870 en Bolivia". In: SALMÓN, Josefa; DELGADO, Guillermo; (eds). *Identidad, ciudadanía y participación popular desde la colonia al siglo XX*. Bolívia: Plural editores, 2003, p. 117.

10 IRUROZQUI. "El bautismo de la violencia", p. 117.

conectadas a projetos políticos mais amplos. Dessa forma, os grupos indígenas envolvidos nas revoltas foram alçados a processos mais amplos como participantes ativos da constituição do Estado nacional brasileiro.

Convém destacar o potencial bélico e a importância crucial dos indígenas para vitórias militares tanto para as tropas rebeldes quanto para as governistas, sendo a violência um aspecto importante de sua participação política nas revoltas. O uso da violência é aqui entendido como uma forma de interferência no âmbito público articulada por diversos sujeitos históricos como um instrumento para acelerar, frear ou concretizar transformações sociais e políticas. Nesse sentido, ao invés de ser entendido como desestruturador do Estado e criador de caos social e político, o uso da violência política deve ser compreendido a partir de seu caráter fundador de ordens sociais e de novas identidades públicas.¹¹ Com isso, pode-se analisar a construção de estados nacionais de maneira mais ampla e inclusiva através da criação de espaços informais para a participação política e para o exercício da cidadania. Desse modo, acreditamos ser possível apontar os caminhos construídos e escolhidos pelos indígenas para participar desse processo, partindo de suas próprias expectativas e de seus interesses, principalmente no que se refere às terras das aldeias. Contudo, ao mesmo tempo em que a manutenção dos territórios coletivos, concedidos no período colonial, garantia certo nível de proteção e autonomia, também trazia sérias restrições à atuação indígena no que dizia respeito à sua relação com o Estado imperial e com a sociedade envolvente. Constituíam-se, portanto, uma autonomia limitada pela instituição da tutela e pelos mecanismos de controle e administração existentes desde o período colonial, como veremos a seguir.

Trabalho e terras das aldeias: vivências indígenas construídas pela autonomia limitada e pela tutela

O espaço do aldeamento, defendido pelos indígenas como território concedido pelo monarca português,¹² garantia certo grau de autonomia, ainda que limitada, aos seus habitantes. Estes, por sua vez, sempre tentavam interferir na forma como suas terras eram administradas, seja solicitando medidas para impedir a invasão de não índios, seja defendendo a permanência de um capitão-mor no qual acreditavam. A defesa do território coletivo estava associada à construção de um lugar muito específico na sociedade brasileira oitocentista, que diferenciava as populações indígenas dos escravos, moradores e agregados de engenhos, mas que ainda os mantinha numa situação desfavorecida em relação a outros sujeitos históricos, como as elites políticas e econômicas locais.

A necessidade das autoridades de subjugar os indígenas através do trabalho é reiterada nas fontes da época, nas quais eles são descritos como vagabundos,

11 IRUROZQUI, Marta (org.). *Revista de Indias*. Dossier: Violencia política en América Latina, siglo XIX. Madrid, v. LXIX, nº 246. 2009. IRUROZQUI, Marta (org.). *Revista Complutense de Historia*. Dossier: La institucionalización del Estado en América Latina. Justicia y violencia política en la primera mitad del siglo XIX. Madrid, v. 37. 2011. IRUROZQUI, Marta (org.). *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilha, v. 69, n. 2. 2012.

12 Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante Apeje). OC5. Fevereiro de 1828. Petição de Antônio Cipriano, índio de Cimbres, ao presidente da província de Pernambuco, fls. 86-87. Apeje. Petições-Índios. Novembro de 1858, fls. 1-2. Ofício do maioral dos índios da aldeia de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o diretor geral dos índios, José Pedro Velloso da Silveira.

ladrões de gado, desconfiados, nocivos a eles próprios e ao público, indolentes, de moral repreensível¹³ e violentos. De acordo com o ouvidor da comarca do sertão em 1822, para as autoridades não indígenas, era necessário que os índios fossem compelidos ao trabalho e ao serviço agrário, tirando-os de sua “habitual inércia e ociosidade”.¹⁴ Eles deveriam trabalhar nas propriedades de grandes potentados locais ou na prestação de serviços militares para políticos investidos de poder de polícia que, na maioria das vezes, também eram importantes proprietários das vilas e dos povoados. Essa mão de obra deveria ser encontrada nos aldeamentos que, portanto, assumia significados diversos para os diferentes sujeitos históricos.¹⁵

Para os indígenas o lugar social específico, construído através da manutenção do aldeamento, estava relacionado à sua identidade étnica, sendo necessário reafirmá-la diante do contexto rural caracterizado pelas relações de clientelismo entre proprietários de terras e trabalhadores despossuídos. A definição de Richard Graham sobre o clientelismo é elucidativa sobre tais relações. No meio rural, membros das elites ofereciam proteção e terras para cultivo e subsistência para pessoas pobres, que passavam a ser identificadas como “agregados” ou “moradores” das grandes propriedades. Em troca, estes indivíduos, além do trabalho, deviam obediência e outros tipos de obrigação aos proprietários das terras, como serviço militar nos momentos de conflito, apoio político e garantia de voto durante as eleições.¹⁶ As relações entre moradores e/ou agregados e os proprietários era mediada pela terra, da qual emanava o poder das elites locais.

A perspectiva de Graham vem sendo criticada devido à generalização proposta, que faz do clientelismo o elemento central e definidor da política brasileira no século XIX, ampliando em demasia o poder e interferência dos senhores de terras. De acordo com José Murilo de Carvalho, seria lógico para Graham afirmar que o Estado constituía-se enquanto clientela dos grandes proprietários.¹⁷ Apoiado nas críticas feitas por José Murilo de Carvalho e em estudos recentes sobre família, relações de parentesco e alianças, Ivan de Andrade Vellasco complexifica o conceito de clientelismo ao ressaltar as margens para o estabelecimento de trocas entre agentes históricos em posições desiguais, gerando reciprocidade e interdependências.¹⁸

Portanto, é possível caracterizar o clientelismo em meio rural, com base nos estudos de Graham e de seus críticos, através das relações centradas no acesso à terra para uma população pobre e na arregimentação de seu trabalho e apoio militar pelos grandes proprietários, levando-se em conta a complexidade desses relacionamentos, nos quais existiam espaços para trocas entre desiguais. Nesse contexto, a posse coletiva do território dos aldeamentos conferia uma posição diferenciada aos indígenas na sociedade brasileira oitocentista.

Ter a posse de terras coletivas poderia conferir aos indígenas uma menor dependência das redes de clientelismo locais, significando um tipo de proteção às

13 Apeje. OC2. 11/09/1822. Ofício do ouvidor da comarca, Thomás Antonio Maciel Monteiro, para os presidentes e membros da Junta Provisória do Governo da província de Pernambuco, fls. 249-249v.

14 Apeje. OC2. 19/08/1822. Ofício de Thomás Antonio Maciel Monteiro para a junta provisória do governo da província de Pernambuco, fls. 210-211.

15 ALMEIDA. *Metamorfoses indígenas*, pp. 101-102.

16 GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, pp. 37-39

17 CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. *Dados*, v. 40, n. 2. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>

18 VELLASCO, Ivan de Andrade. “Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 85-88.

ingerências dos grandes fazendeiros vizinhos. Dentro das aldeias poderiam prover sua própria subsistência, manter a vida em comunidade e resistir de maneira coletiva aos recrutamentos forçados, negando-se a sair de seus territórios. Por isso, concordo com Maria Regina Celestino de Almeida ao defender que numa ordem social rigidamente hierárquica e escravocrata, como era a do Rio de Janeiro e de Pernambuco oitocentistas, o direito sobre as terras dos aldeamentos deveria ser realmente atraente, constituindo-se ainda num espaço de proteção.¹⁹

No entanto, tal proteção não significou uma resistência indígena à ordem estabelecida. A autonomia adquirida nos aldeamentos era relativa e limitada, pois ao mesmo tempo em que conferia um lugar social diferenciado, também estabelecia uma relação tutelar entre indígenas e o governo imperial através da figura do diretor da aldeia. A função de diretor foi criada pelo Diretório de Índios de 1757, direcionado inicialmente para o estado do Grão-Pará e Maranhão. O Diretório foi estendido às outras regiões da Colônia em 1758, e em Pernambuco ganhou versão própria no ano de 1759.²⁰ Em 1798 o Diretório foi extinto no Estado do Grão-Pará e Rio Negro, e no Brasil apenas seria revogado em 1822 por decreto imperial.²¹ No entanto, em Pernambuco as disposições do Diretório continuaram vigorando, principalmente no que se refere às atribuições do diretor da aldeia, até ser instaurada a legislação indigenista imperial em 1845, o Regulamento das Missões.

O diretor tinha a função de administrar o território da aldeia, os bens e a própria mão de obra indígena, já que os índios eram considerados incapazes de autogovernar-se. De acordo com o Diretório, os índios estavam na condição de “rusticidade e ignorância”, não tendo sido a eles ensinados os “meios da civilidade” e da “racionalidade” pelos missionários que até então administravam as aldeias. Segundo Rita Heloísa de Almeida,²² por meio dessa perspectiva foram construídas as ideias de menoridade do índio e de necessidade da instituição da tutela sobre eles, condições que seriam grandes obstáculos à vivência da autonomia nas aldeias e de participação política nos contextos local e provincial.

A necessidade da tutela estava amparada na comparação da condição indígena à do órfão ou do menor de idade. João Pacheco de Oliveira analisou a instituição da tutela no seu estudo sobre a relação dos Ticuna com o Estado brasileiro em meados do século XX e, apesar da distância espacial e temporal em relação ao tema do presente artigo, consideramos que a sua análise é um importante instrumento para compreensão da tutela e das limitações à ação indígena também no século XIX.²³ Oliveira afirma que diante de um quadro de códigos comuns de

19 ALMEIDA. *Metamorfoses indígenas*, p. 243.

20 LOPES, Fátima Martins Lopes. *Em nome da Liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2005, pp. 69-70, 82-83. As reais mudanças da Direção de Pernambuco em relação ao Diretório estavam relacionadas à forma de dividir a mão-de-obra indígena para trabalhos realizados fora da aldeia e ao arrendamento das terras coletivas para não índios. MEDEIROS, Ricardo Pinto de. “Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2011, p. 118

21 SAMPAIO, Patrícia. “Política indigenista no Brasil imperial”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 183.

22 ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 167.

23 Como afirmou Rita Heloísa de Almeida, o Diretório de 1757, e também o Regulamento das Missões de 1845, expressam a mesma ideia da legislação indigenista do século XX no que se refere à falta de capacidade dos indígenas em se governarem. Essa perspectiva se transformou apenas muito recentemente com a Constituição Federal de 1988. ALMEIDA. *O Diretório dos Índios*.

conduta partilhados pelos componentes de um mesmo grupo social, os indígenas seriam percebidos como possuidores de códigos de conduta diferentes e de culturas inferiores. Tal como os menores, o seu processo de socialização seria incompleto. Contudo, os menores estariam num processo de aprendizagem em curso, enquanto os indígenas seriam incapazes, por si mesmos, de adaptarem-se a uma cultura considerada como superior. Por isso, a relação entre tutor e tutelado, no caso dos indígenas, deveria ser de cunho pedagógico e pautada por atitudes de proteção do primeiro em relação ao seu tutelado.²⁴

Nesse sentido, o indígena é percebido como alguém incapaz de se governar e de defender seus direitos, pois não conheceria as leis e normas de conduta da sociedade nacional, originando daí a necessidade de um indivíduo que oriente, atue e decida no lugar dele para evitar que sofra ou que seja lesado em função de atitudes de terceiros.²⁵ Portanto, não eram apenas as relações desiguais com potentados locais que efetivamente cerceavam a ação indígena. Mais do que tais laços, a instituição da tutela constituiu-se enquanto obstáculo à participação política indígena ao oficializar a ação de intermediários nas suas relações e entendê-los como incapazes. Além disso, o diretor, na maioria das vezes, estava completamente inserido nos jogos políticos locais, tirando proveito para si e para seus aliados do trabalho dos índios e sendo complacente ou participando dos esbulhos de seus territórios. A discussão sobre o uso da mão de obra indígena em fazendas e engenhos na década de 1820 se intensificou, tendo em vista que já era considerada como a substituta natural do trabalho escravo em Pernambuco, intensificando ainda mais as disputas locais.²⁶

Diante do exposto, entendemos que a ação dos indígenas nas revoltas e o seu envolvimento nas disputas políticas locais estavam tensionados por aspectos constitutivos e, ao mesmo tempo, diferentes de seu lugar social específico no Brasil do Oitocentos. A defesa de seus territórios coletivos como espaços de autonomia e de ressignificação de suas identidades era restringida, por um lado, pelas relações desiguais vivenciadas com grandes proprietários e políticos através dos laços de clientelismo e interdependências. E por outro lado, o mesmo estatuto jurídico diferenciado proporcionado pela posse coletiva das aldeias conferia aos indígenas a condição de população tutelada, sendo suas ações, em parte, intermediadas pelos diretores e limitadas pela ideia de incapacidade de autogoverno. Nesse contexto tensionado, as relações complexas entre índios e não índios apoiadas em conflitos ou em alianças conferiam a tônica do cotidiano nos aldeamentos, nas fazendas vizinhas e nas vilas, bem como estabeleciam as formas da participação indígena nas revoltas, que poderiam se transformar de acordo com as suas próprias motivações e as mudanças nas disputas políticas locais.

Disputas e negociações na Guerra dos Cabanos: trabalho e poderio bélico indígenas

A participação dos índios de Jacuípe nos momentos iniciais da Guerra dos Cabanos ocorreu em função da interferência na administração do seu território di-

24 OLIVEIRA, João Pacheco de. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, pp. 223-224.

25 OLIVEIRA. “O nosso governo”, pp. 223-225.

26 CARVALHO. “Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais”, p. 54, 58.

ante da disputa pelo cargo de diretor do aldeamento alguns anos antes da eclosão da revolta e da aliança com o líder rebelde João Batista de Barra Grande, Alagoas. Os índios foram liderados, nos primeiros momentos da revolta, por Hipólito Nunes Bacelar, que foi um personagem importante na elaboração da referida rede, embora tenhamos poucas informações sobre ele.

Em 1823 os índios de Jacuípe recusaram a nomeação do capitão-mor das Ordenanças de Porto Calvo, Antônio José de Lima, para a função de diretor da aldeia. Alegaram que apenas iriam obedecer às autoridades se tivessem Bernardo Antônio de Mendonça como diretor. Os indígenas foram atendidos e o indivíduo que indicaram foi nomeado. O receio em relação ao capitão-mor de Porto Calvo advinha do interesse deste sobre as terras do aldeamento. Antônio José de Lima já era proprietário de terras limítrofes às indígenas e, não satisfeito, fez um pedido em 1820 para receber mais terras nas margens do rio Jacuípe, com localização que distava duas léguas do aldeamento. Bernardo Antônio de Mendonça, que fora indicado pelos índios, assumiu o cargo de diretor. Mas um ano depois, ou seja, em 1824, indicou Hipólito Nunes Bacelar para a função de seu ajudante, no intuito de que este assumisse as responsabilidades cotidianas da aldeia. Mendonça alegou que tinha muitos engenhos moentes e ausentava-se com frequência das suas funções de diretor, sendo necessário ter um ajudante.²⁷ Do pedido de Bernardo Antônio Mendonça percebemos que era um grande proprietário de terras e escravos e um importante aliado dos índios contra o capitão-mor de Porto Calvo. Deixou em seu lugar, sem suscitar conflitos, o seu ajudante, que passava também a ser aliado dos índios.

Em 1829, Hipólito Nunes Bacelar manteve o poder de comando na aldeia, desta vez como capitão-mor dos índios e não mais como ajudante do diretor. No entanto, em 1831, o cargo de diretor almejado por um parente de Hipólito, José Nunes Bacelar, foi concedido a Simeão Gomes de Macedo pela Câmara de Porto Calvo. Nessa época, Hipólito Nunes Bacelar já possuía conexões com João Batista, comandante das milícias de Barra Grande e que seria um dos líderes da Cabanada no ano seguinte. Valendo-se de sua função e em defesa de seu aliado, João Batista interferiu na disputa intimando Simeão Macedo e solicitando a sua prisão. Apesar da atitude de João Batista, Macedo continuou no cargo. Os Nunes Bacelar não se resignaram com a situação e começaram a causar problemas na freguesia, provavelmente com a ajuda dos índios.²⁸ Tendo João Batista se levantado em 1832 a favor dos rebeldes, defendendo a causa restauradora, seria de se esperar que seus aliados políticos o acompanhassem, tal como fez Hipólito Nunes Bacelar e os índios que comandava. Por sua vez, os indígenas de Jacuípe mantiveram a aliança com Hipólito, percebendo-o como um sucessor de seu antigo aliado e grande proprietário de engenhos, Bernardo Antônio Mendonça. Nessas circunstâncias, os envolvidos nas disputas locais apoiaram-se em suas alianças para atingir seus interesses e satisfazer suas expectativas. João Batista conseguira importante contingente militar entre os indígenas de Jacuípe, que mostraram a centralidade de seu poder bélico durante os conflitos armados nos três anos seguintes. E os índios, por sua vez, conquistaram um importante aliado nos conflitos pelo território coletivo e pela sua administração, vendo a sua participação na revolta como uma estratégia para conseguirem a manutenção de seu aldeamento. Naquele momento, na rede de relacionamentos constituída, todos se beneficiaram.

27 SANT'ANA, Moacir Medeiros de. "Notas e reflexões sobre os cabanos". Manuscrito. Pasta 01. Apud ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biographico do capitão de todas as matas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995, cap. 7, p. 42.

28 ALMEIDA. *Memorial biographico do capitão de todas as matas*, cap. 7, pp. 41-42.

A repressão à Cabanada também tinha seus aliados entre as populações indígenas de Pernambuco. Um grupo significativo de índios do aldeamento de Barreiros ajudou a reprimir os cabanos e também os índios de Jacuípe durante os conflitos armados.²⁹ O seu principal líder, Agostinho José Panaxo Arcoverde, tinha boas relações com o governo estabelecido e atendeu às solicitações de enviar seus comandados para o combate. Agostinho José Panaxo Arcoverde³⁰ estava envolvido nos jogos políticos locais, através dos quais conseguiu estabelecer redes de alianças com não índios e galgar postos da administração imperial tanto na vila de Barreiros, quanto na aldeia. Entre os anos de 1829 e 1841, Agostinho Arcoverde assumiu os cargos de juiz de paz, capitão da Guarda Nacional e subprefeito da vila de Barreiros, além de ter sido diretor e comandante do aldeamento. Internamente, no aldeamento de Barreiros havia outro grupo que não apoiava as ações de Agostinho Panaxo e posicionou-se ao lado dos cabanos. Esse segundo grupo foi liderado por Bento José Duarte, que ganhou projeção na Insurreição Praieira de 1848. Portanto, numa mesma aldeia poderia haver tensões e facções atuando em lados opostos dos conflitos e de acordo com as necessidades e interesses de cada grupo.³¹

Percebemos, assim, que na Cabanada índios envolveram-se dos dois lados da revolta, tanto dos cabanos quanto da repressão, chegando a se enfrentar em alguns momentos. Os indígenas e suas lideranças construíram leituras próprias sobre a revolta, percebendo as possibilidades de ganhos que cada aliança ou rivalidade representaria para, então, fazer suas escolhas. Para os índios de Jacuípe participar da Cabanada era mais uma estratégia para defender sua aldeia, percepção compartilhada por uma parte dos índios de Barreiros liderada por Bento Duarte, enquanto outro grupo seguia o comando de Agostinho Panaxo Arcoverde mobilizado pelas suas redes de alianças pessoais. Portanto, houve índios que atuaram a partir de motivações coletivas e índios que foram coagidos por sua própria liderança.

Os conflitos armados da Cabanada iniciaram em 1832 com a participação de grandes proprietários insatisfeitos com as mudanças advindas da abdicação de D.

29 Apeje. CM10. 23/08/1832. Ofício da Câmara de Sirinhaém para o presidente da província, Francisco de Cavalcante Paes de Andrade, fls. 484-484v. LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, pp. 407-412.

30 Agostinho José Panaxo Arcoverde era descendente das famílias indígenas Camarão e Arcoverde, que tiveram papel importante na consolidação do empreendimento colonial durante os séculos XVI e XVII. Vários membros dessas famílias galgaram cargos na administração portuguesa, receberam mercês e títulos de nobreza. Com o advento do Império, Agostinho atualizou tal liderança proveniente da família através da ocupação de cargos políticos na localidade. É importante lembrar que o poder de liderança advindo da família só era possível devido ao prestígio conseguido junto aos seus liderados, como argumenta Maria Regina Celestino de Almeida para o contexto de consolidação da colônia no Rio de Janeiro. O argumento pode se estender ao período imperial, quando os processos de mestiçagens culturais e identitárias eram resultado de séculos de contatos interétnicos e os líderes indígenas reconhecidos e valorizados pelas autoridades não indígenas conseguiam realizar negociações, o que por sua vez, alimentava a admiração e o respeito de seus liderados na aldeia. ALMEIDA. *Metamorfoses indígenas*, p. 164. Sobre as famílias Camarão e Arcoverde consultar: RAMINELLI, Ronald J. “Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2011. SILVA, Geysa Kelly Alves da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

31 Valendo-se dessas redes de relacionamentos, Agostinho Panaxo negociou, em 1832, o contrato de arrendamento perpétuo de partes significativas do aldeamento com um não índio dono de engenho vizinho às terras dos índios. Os termos desse arrendamento foram o motivo principal para uma cisão que ocorreu no aldeamento naquele período, fazendo surgir a nova liderança indígena, Bento José Duarte. MELLO, Lorena Ferreira de. *São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império*. 2006. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, p. 39.

Pedro I, como já tratamos. Logo no primeiro ano Hipólito Nunes Bacelar, capitão-mor da aldeia de Jacuípe, foi morto após ter sido preso.³² Na mesma época, muitos líderes do movimento que defendia a volta de D. Pedro I ao trono foram presos, ficando ausentes dos conflitos os representantes do segmento de proprietários rurais prejudicados com a abdicação.³³ Com a formação desse quadro ainda no primeiro ano dos conflitos, a estratégia cabana, que até então consistia na invasão e saque a vilas e povoados, transformou-se. Os rebeldes passaram a fazer guerra de guerrilha, que era constituída por assaltos e emboscadas às forças governistas e ataques a engenhos de grandes proprietários. Logo após os ataques, os cabanos refugiavam-se nas matas fechadas, território pouquíssimo conhecido dos contingentes enviados pelos governos provinciais.³⁴ Os contornos populares da revolta ficaram mais definidos, fazendo convergir os índios de Jacuípe, escravos fugidos dos engenhos e pessoas pobres livres pressionadas pela produção de açúcar na região. Esses grupos envolveram-se sob o comando de um novo líder, Vicente Ferreira de Paula, sobre o qual pouco se sabe.³⁵

Em resposta ao uso da guerra de guerrilha pelos cabanos, os governos de Pernambuco e Alagoas também modificaram sua forma de combate para a tática da “terra arrasada”. Essa tática consistia na criação de um polígono de repressão englobando as áreas de ocupação cabana, onde foram cerceados o fornecimento de víveres, armas e munições aos rebeldes, e foi instaurada uma forte e violenta repressão contra os cabanos e seus aliados. Essa mudança na estratégia repressiva, associada às dificuldades pelas quais passavam os rebeldes devido à falta de produtos de subsistência, levou a Cabana a seus momentos derradeiros.

Em meados de 1834, a situação dos cabanos entrincheirados nas matas piorou devido às fortes chuvas de inverno que castigaram a Zona da Mata sul, causando-lhes muitas baixas em combate. No início de 1835, as forças rebeldes já estavam muito enfraquecidas, seja pela falta de produtos de subsistência, pelas muitas investidas das tropas de repressão ou pelas fortes chuvas. Uma epidemia de varíola alastrou-se entre os cabanos e a miséria entre essa população chegou a níveis críticos. O médico J.E Gomes descreveu a situação dos índios durante a epidemia: “nos indígenas fazem as bexigas espantosa mortandade [...] a erupção é neles tardia, difícil e trabalhosa”.³⁶

Diante desse quadro, começou a ficar insustentável para os índios de Jacuípe manter o apoio à revolta cabana. Em abril, alguns deles começaram a se render num processo de negociação com os representantes do Governo Provincial. De início, três índios de Jacuípe foram levados por cabanos já rendidos ao quartel do comando das tropas governistas situado em Água Preta. Foram espontaneamente, acompanhando os outros cabanos rendidos, 175 entre índios e não índios. Ao chegarem à presença do comandante em chefe, Joaquim José Luiz de Souza, fizeram reverências a um busto de D. Pedro II, dando “vivas” à Sua Majestade Imperial, demonstrando a sua adesão ao regime que até poucos dias atrás combatiam.³⁷

32 ALMEIDA, Luiz Savio de. *Memorial biographico do capitão de todas as matas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995, cap. 8, pp. 10-13.

33 CARVALHO. “Movimentos sociais: Pernambuco”, p. 155.

34 ANDRADE. *A Guerra dos Cabanos*, p. 66.

35 Sobre Vicente Ferreira de Paula consultar ALMEIDA. *Memorial biographico do capitão de todas as matas*.

36 LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 416.

37 AN. Série Guerra. IG'94. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 19-20v.

Os índios que se renderam “confessaram que Vicente Ferreira de Paula os trazia enganados com mentiras, e mostraram-se conspirados contra este infame salteador”.³⁸ É provável que com a mudança das estratégias de ambos os lados dos conflitos, as grandes perdas sentidas pelos cabanos e a situação de miséria vivenciada nas matas, os índios de Jacuípe tenham passado a entender que seria interessante a aproximação e a aliança com um ex-inimigo, demonstrando insatisfação e fazendo queixas sobre o antigo líder. As mudanças das circunstâncias faziam os índios reelaborarem suas estratégias, buscando, nesse caso, melhores condições de sobrevivência.

Após as primeiras explicações e reverências ao Imperador, os índios receberam panos para confeccionar roupas para eles, suas mulheres e filhos, que haviam ficado nas matas. O comandante em chefe também lhes deu comida, calças, camisas, fumo e aguardente, e para as mulheres, xales. O bom tratamento concedido aos índios de Jacuípe, conhecidos por sua coragem durante os conflitos e apoio aos cabanos, tinha um objetivo: convencer outros que ainda estavam nas matas a também se renderem. No dia seguinte a sua rendição, os índios voltaram às matas a procura de outros para se apresentarem no quartel e, em seguida, voltarem a Jacuípe com a imagem de São Caetano, o padroeiro da aldeia. Os índios prometeram ao comandante em chefe entregar as armas quando voltassem ao quartel, e este, em contrapartida, prometeu dar quatro mil réis por cada arma entregue. Justificou a sua promessa aos índios com a pretensão de “desarmar a corporação mais forte de um inimigo” que desolava a província de Alagoas havia três anos. Joaquim José Luiz de Souza deixou transparecer que, talvez, essa não fosse uma medida bem recebida pelo presidente de Alagoas, tendo em vista que implicava em mais gastos com tropas inimigas. Por isso, o comandante em chefe argumentou que a quantia a ser paga aos índios era

assaz diminuta em comparação à grande soma que a Fazenda Pública tem de consumir se a guerra continuar e for preciso desarmá-los à força de armas, e se para a compra destas armas mais dinheiro for necessário dispender eu não hesitarei um só momento em o fazer.³⁹

O argumento do comandante em chefe demonstra a força bélica dos índios na revolta, sendo melhor convencê-los, e entregar-lhes dinheiro em troca das armas, do que enfrentá-los. O dispêndio de rendas parecia ser a tática mais acertada diante do receio de continuar a combatê-los nas matas, território que conheciam bem e onde tinham reconhecida vantagem.

No entanto, o comandante em chefe não desejava apenas as armas dos cabanos e os índios que se rendiam. Foi oferecida a estes recompensas por escravos, escravas e crianças entregues: vinte mil réis pelos primeiros, dez mil réis em troca das mulheres e cinco mil réis pelos “moleques”. Segundo Joaquim José Luiz de Souza, tanto índios quanto ordenanças se mostraram “desejosos” em realizar essas diligências.

Portanto, das ações do comandante em chefe do arraial instalado na vila de Água Preta vemos que era de suma importância convencer os índios e demais cabanos, mediante presentes, dinheiro, comida e promessas, de que a rendição

38 AN. Série Guerra. IG'94. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 19-20v.

39 AN. Série Guerra. IG'94. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 19-20v.

era a melhor oportunidade para eles naquele momento de extrema penúria nas matas. O comandante em chefe vangloriava-se ao presidente de Alagoas sobre os êxitos que conseguira em troca do que considerara pouco:

fará vossa excelência ideia do adiantamento que temos na guerra de Panelas, adiantamento ganho ou para melhor dizer comprado com pequenos dinheiros e retalhos de panos, e o emprego de minha paciência que já se acha quase extinta.⁴⁰

O convencimento de uma população que constituía grande parte do contingente das tropas cabanas, mesmo à base de “pequenos dinheiros e retalhos de panos”, era uma das estratégias utilizadas pelos governos provinciais para alcançar o sucesso na guerra. Os índios de Jacuípe eram, assim, parte crucial das disputas e dos embates armados, dependendo das suas escolhas o sucesso das táticas de negociação. Era fundamental suprir suas necessidades e demandas para tê-los como aliados.

Em outro documento, o comandante em chefe informou que os índios de Jacuípe foram “seduzidos” a apresentarem-se no quartel pelo seu novo capitão-mor José Lins, que era cunhado do falecido capitão-mor José Nunes. José Lins fora indicado pelo governo da província e aceito pelos índios de Jacuípe, mostrando que estes já estavam dispostos a se alinhar com os representantes da Regência, aos quais eram contrários até poucos meses antes. Por isso, de acordo com o relato do comandante em chefe, Vicente de Paula alimentava um ódio pelo novo capitão-mor que ajudara os seus aliados indígenas a se renderem. O restante dos índios que estava com o líder cabano em Japaranduba, aos poucos, o abandonavam, encaminhando-se ao acampamento governista em Água Preta ou retornando a Jacuípe. Os muito poucos que ainda acompanhavam Vicente de Paula ali estavam porque suas famílias sofriam de bexigas, não podendo deslocar-se. Por outro lado, à medida que os índios iam abandonando Vicente de Paula, deixavam com ele suas armas, dando-lhe ainda alguma esperança de resistência com suas forças compostas majoritariamente por escravos.⁴¹

Apenas três dias após terem chegado ao quartel em Água Preta, os índios de Jacuípe começaram a trabalhar carregando capim para construir um barracão no acampamento militar. A boa vontade dos índios em prestar serviços no quartel do comandante Joaquim José Luiz de Souza, de tentar convencer mais índios a se renderem e sua disposição em capturar escravos fugidos podem ser entendidos pela necessidade de viver em melhores condições em comparação ao contexto de miséria em que passaram a viver nas matas após meados de julho e agosto de 1834, ou seja, do período chuvoso na Zona da Mata sul. Mas também pela potencial proteção que recebiam estando sob as ordens de representantes dos governos provinciais de Alagoas e Pernambuco. Ao aceitarem se alinhar ao governo alagoano por meio da rendição, receberam comida, roupas, dinheiro em troca das armas que carregavam, e também estavam protegidos de possíveis ataques empreendidos por escravos rebeldes e outros cabanos que poderiam agir em represália a escolha dos indígenas pela rendição. Tanto que quando o comandante em chefe anunciou a retirada do destacamento militar que estava no Arraial de Jacuípe, os índios pediram a sua permanência “enquanto os negros não forem presos ou se

40 AN. Série Guerra. IG'94. 26/05/1835. Ofício do comandante em chefe em Água Preta, Joaquim José Luiz de Souza, ao presidente da província de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 31-33v.

41 AN. Série Guerra. IG'94. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luís de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 19-20v.

não apresentarem”.⁴² O pedido dos índios indica que estavam temerosos de sofrerem ataques de seus antigos aliados.

Aproveitando a boa vontade e as necessidades dos índios, Joaquim José Luiz de Souza tomou medidas para consolidar, entre seus novos aliados, a obediência ao novo sistema político, que havia sido tão combatido pelos indígenas. O comandante em chefe solicitou ao presidente da província de Alagoas o envio de um sacerdote “de bons sentimentos e bons costumes para administrar os sacramentos aos índios e moradores do arraial”. O sacerdote deveria inspirar nos índios e moradores o “amor às instituições liberais e ao governo do senhor D. Pedro 2º”. Para ratificar os novos parâmetros políticos a serem seguidos pelos índios, enviou a Jacuípe um retrato do imperador e uma bandeira nacional. Ao se depararem com a imagem do santo padroeiro do seu arraial, São Caetano, que estava no quartel em Água Preta, de acordo com o comandante em chefe, os indígenas choraram, cantaram e fizeram “mil genuflexões”.⁴³ A intenção era que eles levassem a imagem até os indígenas que ainda estavam entre os cabanos e seguissem em procissão para Jacuípe, pois desejavam tê-la de volta em sua aldeia.⁴⁴

Após a rendição, os índios de Jacuípe passaram a fazer parte das tropas governistas, ajudando a perseguir Vicente de Paula e os escravos que ainda estavam com ele. Tendo estes fugido de Japaranduba, índios foram designados para explorar as matas, na quais se acreditava que os escravos poderiam ter se escondido.⁴⁵ Com a prestação desse tipo de serviço militar, os índios de Jacuípe comportavam-se segundo as disposições dos seus novos aliados.

Quando a guerra já era considerada ganha pelos presidentes das províncias de Pernambuco e Alagoas, mesmo que Vicente de Paula ainda estivesse foragido, muitos índios de Jacuípe passaram a ter seu sustento financiado pelos novos aliados. O comandante em chefe das tropas de Pernambuco, Joaquim José Luiz de Souza, informou ao presidente de Alagoas que estava sustentando cerca de 156 “caboculos” de Jacuípe, com suas mulheres e crianças, porque entendia que era necessário provê-los por seis meses até que reestabelecessem seu “trabalho e indústria”. Do contrário, o comandante temia que “os índios seriam forçados a furtar, os vizinhos do Arraial a defenderem seus possuídos [propriedades], e a principiar-se assim uma nova guerra que podia ter uma amplitude maior do que se pode imaginar”. Diante da grande necessidade em manter os índios alimentados, providos em tudo o que precisassem, o comandante informou que continuaria com o envio de víveres até que a província de Alagoas assumisse as respectivas despesas, sendo esta uma medida tomada com o objetivo de mantê-los em sossego.⁴⁶

Com a rendição dos índios de Jacuípe, ao final dos conflitos armados da Guerra dos Cabanos, percebemos que as alianças entre índios e não índios, baseadas em relações de dependência mútua, eram situacionais e cambiantes, dependendo dos contextos locais de trocas ou imposição de violência e dos contextos provinciais e nacionais de embates políticos refletidos nas localidades. Em

42 AN. Série Guerra. IG'94. 26/05/1835. Ofício do comandante em chefe em Água Preta, Joaquim José Luiz de Souza, ao presidente da província de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 31-33v.

43 AN. Série Guerra. IG'94. 26/05/1835. Ofício do comandante em chefe em Água Preta, Joaquim José Luiz de Souza, ao presidente da província de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 31-33v.

44 AN. Série Guerra. IG'94. 24/04/1835. Ofício do comandante em chefe, Joaquim José Luis de Souza, para o presidente de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fls. 19-20v.

45 AN. Série Guerra. IG'94. 12/06/1835. Ofício do comandante em chefe das tropas, Joaquim José Luiz de Souza, para o presidente da província de Alagoas, Antônio Joaquim de Moura, fl. 38.

46 AN. Série Guerra. IG' 94. 15/08/1835. Ofício do comandante em chefe das tropas de Pernambuco, Joaquim José Luiz de Souza, para o presidente da província de Alagoas, Antônio Joaquim de Moura, fls. 57-58.

determinado momento, para a maior parte dos índios de Jacuípe foi importante e interessante acompanhar os cabanos em suas reivindicações e investidas contra engenhos e tropas legalistas. Quando a situação da guerra mudou, levando os cabanos a sentirem com mais intensidade os contra-ataques governistas através da tática de “terra arrasada”, e com a mudança nas condições ambientais e de saúde, tornando a resistência cabana quase insustentável, os índios de Jacuípe novamente precisaram fazer escolhas. Em busca de proteção e condições mínimas de sobrevivência, aceitaram se render ao comando das forças de repressão, demonstrando boa vontade e disposição. Não só se renderam como também passaram a perseguir seus antigos aliados, o que os deixou receosos de represálias por parte dos escravos rebeldes. Então, mudar de lado, conferir apoio aos governos liberais das províncias e prestar deferência a D. Pedro II mostraram-se as melhores alternativas naquele momento.

Tanto para os rebeldes quanto para os comandantes das tropas da repressão era essencial ter os índios de Jacuípe como seus aliados durante a Guerra dos Cabanos, como também nos anos posteriores a ela. O poder demonstrado no desenvolvimento dos conflitos e o conhecimento do território em que guerreavam faziam dos índios de Jacuípe importantes agentes históricos. Seus interesses e suas necessidades passavam a fazer parte dos jogos políticos provincial e local, pois suas escolhas poderiam definir vitórias ou derrotas militares. As relações estabelecidas em nível local ajudam a compreender as disputas pelo apoio indígena e as alianças articuladas no contexto de conflitos em busca daquilo que os interessavam. Conseguiram, assim, adaptar-se às mudanças políticas e econômicas, o que conferia fluidez às suas alianças com autoridades, reelaborando-as em função de suas necessidades e expectativas, e reafirmando a sua importância nos jogos políticos das elites com as quais negociavam.

Insurreição Praieira: disputas pela força militar indígena e novas lideranças nas aldeias

A eclosão da Insurreição Praieira, em 1848, revelou a formação de novas alianças e rivalidades entre grupos indígenas e rebeldes, bem como conferiu espaço e visibilidade para novas lideranças indígenas. Com o final da Guerra dos Cabanos em 1835, os índios de Jacuípe alinharam-se ao governo regencial e à política liberal que o direcionava. Com a Praieira, mantiveram a aliança construída mediante a rendição na década de 1830 e colocaram-se ao lado dos revoltosos. Já na aldeia de Barreiros, os indígenas haviam se dividido em duas facções, uma apoiando a repressão aos cabanos e liderada por Agostinho José Panaxo Arcoverde, enquanto a outra aliou-se aos rebeldes das matas e foi liderada por Bento Duarte, índio que ainda tinha uma expressividade na aldeia menor do que a de Agostinho. Com as mudanças políticas ocorridas na província no final da década de 1840, Bento Duarte assumiu função central de comando na aldeia de Barreiros, liderando os demais índios no seu envolvimento na Praieira.

Em Jacuípe, o grande líder durante a Praieira foi o índio Maurício de Barros Rego, que teve ao seu lado o capitão Antônio de Souza Salazar, índio e chefe do aldeamento de Cocal, localizada em Alagoas.⁴⁷ Apesar de liderar Cocal, Salazar cir-

⁴⁷ Os índios do Cocal não figuraram como participantes nas revoltas anteriores à Praieira, porque o aldeamento foi formado na década de 1830 “com emigrados de Jacuípe e de Barreiros [província de

culava pelo Riacho do Mato, no povoado de Água Preta em Pernambuco, e pelas regiões vizinhas. Também é citado nas fontes capitaneando o aldeamento de Jacuípe. É possível que tenha dividido o comando das forças indígenas aliadas aos liberais com Maurício e Bento.

O apoio militar dos índios de Alagoas foi muito disputado por políticos e proprietários conservadores e liberais, mais especificamente os de Jacuípe, tendo em vista o seu envolvimento militar na Cabanada. Os governos de Pernambuco e Alagoas tentavam demonstrar aos índios que o seu envolvimento com os rebeldes lhes traria prejuízo, oferecendo-lhes em contrapartida pequenas “dádivas”. Já os rebeldes praieiros tinham ao seu lado a aliança estabelecida com os índios de Jacuípe e, por consequência, com os de Cocal, ao final da Guerra dos Cabanos, quando os índios desertaram das fileiras de Vicente de Paula e passaram a apoiar os governos instaurados em Pernambuco e Alagoas. Quando os engenhos de proprietários conservadores sofriam varejamentos da polícia durante o governo praieiro (1844-1848), alguns desses potentados tentaram atrair os índios de Jacuípe para o seu lado.

Em 1847, quando os conflitos entre polícia praieira e senhores de engenho se intensificavam Antônio Lopes Ribas e João Guilherme de Azevedo, dois proprietários conservadores, “pretendiam com falsas insinuações seduzirem os índios de Jacuípe para uma rebelião”. Por isso, o delegado de Água Preta aconselhou “toda vigilância a alguns movimentos sediciosos que aparecem nas matas de Jacuípe”. O delegado pediu a Pedro Ivo, comandante da força de Água Preta, que fosse à Jacuípe para acalmar os ânimos no povoado e também tentar “embaraçar” Lopes Ribas. Pedro Ivo conseguiu por fim nos intentos de Lopes Ribas, “restabelecendo a ordem”.⁴⁸

João Guilherme de Azevedo estava ligado diretamente a José Pedro Veloso da Silveira, tio de Pedro Ivo e proprietário do engenho Lages em Escada, onde se organizava a resistência à polícia praieira. Azevedo recebeu orientações de José Pedro para entrar em contato e convencer coronéis amigos a participar de uma revolta que englobaria senhores de engenho nas áreas do Cabo, Ipojuca, Rio Formoso, Vitória e Escada, ou seja, Zona da Mata sul de Pernambuco.⁴⁹ Pelo visto, não era interessante para os conservadores ter apenas o apoio de poderosos proprietários locais, precisavam também dos índios dos aldeamentos vizinhos, que iriam figurar como força militar, assim como os agregados e moradores dos engenhos da região.

Na direção contrária aos objetivos de Lopes Ribas e João Guilherme de Azevedo, os índios de Jacuípe uniram-se aos praieiros situados em Água Preta, bem como os de Barreiros, assim que a rebelião Praieira eclodiu em novembro de 1848, com a retomada do poder pelos conservadores.⁵⁰ De acordo com as fontes produzidas pelo governo conservador empossado em 1848 no lugar dos praieiros, os índios de Jacuípe foram “seduzidos” pelos “caudilhos” a participarem dos

Pernambuco] durante a guerra dos cabanos insurgidos nas matas de Jacuípe”. Como ocorreu com outras aldeias em Alagoas, a de Cocal também contava com índios Xucuru, portanto provenientes de Cimbres. Fala à Assembleia Legislativa das Alagoas pelo presidente da província, Antônio Alves de Souza Carvalho. 15/06/1862. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *Índios nas falas e relatórios provinciais das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1999, pp. 49-51.

48 Apeje. PC 17. 19/06/1847. Ofício do delegado de Água Preta, Zeferino da Cunha Bastos, para o chefe de polícia, Antônio Afonso Ferreira, fls. 70-70v.

49 CARVALHO. *A guerra dos Moraes*, pp. 73-74.

50 AN. IJJ^o 282. 18/11/1848. Ofício do juiz municipal e delegado de Porto Calvo, Antônio Buarque de Lima, para o chefe de polícia de Alagoas, Francisco Domingues da Silva, fls. 295-295v.

conflitos ocorridos nos engenhos da Zona da Mata sul, aumentando a quantidade de membros das tropas rebeldes que, naquele momento inicial, ainda eram reduzidas. Estavam ao lado dos índios de Barreiros, que recebiam armas e munições dos praieiros.⁵¹ Enquanto os conflitos da Praieira estavam se desenvolvendo nos ataques a povoações, vilas e engenhos da área de produção de açúcar e também ao norte de Recife, a tática do governo de Alagoas foi enfraquecer as forças rebeldes ao tentar convencer os índios a não participarem da rebelião. Era preciso “seduzir” os índios para o outro lado dos enfrentamentos.

O presidente de Alagoas em novembro de 1848, João Capistrano Bandeira de Mello, deu orientações ao comandante do destacamento de Jacuípe sobre como lidar com os indígenas. Era necessário mostrar aos índios que, caso fossem convidados a fazer parte das tropas rebeldes, como já ocorria, “esse procedimento além de ilegal, lhes é pessoalmente prejudicial, pois vão sacrificar suas vidas somente para satisfazer as paixões alheias”. Assim, os índios deveriam perceber que nada iriam conseguir em proveito próprio. Era trabalho do comandante do destacamento “frustrar essa sedução”. No entanto, esse convencimento não deveria ser realizado de qualquer maneira, mas sim direcionado àqueles “índios que mais influência tem sobre os outros”, chamando-os à “ordem”. Para estes estavam permitidas “pequenas dádivas”, que se constituíam em pequenas quantidades de dinheiro, já que o seu total não poderia exceder cem mil réis. Caso fosse necessário aumentar a quantidade de “dádivas”, o comandante deveria comunicar a situação ao presidente.⁵² A manutenção da ordem era o objetivo principal daquele governo, de maneira a não “fermentar a imaginação do povo, e distraí-lo de suas ocupações ordinárias e animando-o sempre a favor da ordem”.⁵³

O receio de que os índios aderissem em sua maioria à causa rebelde era notório entre as autoridades de Alagoas. Apesar de não sabermos das consequências das ações empregadas pelo comandante orientado pelo presidente, podemos inferir que alguns índios tenham se beneficiado dessas “dádivas”. Por outro lado, é igualmente possível que, naquele momento, as trocas e negociações realizadas com os líderes praieiros fossem mais interessantes do que as dádivas do governo, como demonstra o apoio dos índios aos rebeldes.

A disputa entre conservadores e liberais pelo apoio indígena ressalta a força dessa população nos embates armados e na rede de negociações e rivalidades locais. Convencer os indígenas com “dádivas” ou propor trocas nos seus próprios termos foram medidas tomadas por políticos de ambos os partidos e que revelaram a conexão entre a arena de disputas por projetos diferentes para a construção do Estado brasileiro e os interesses dos grupos indígenas envolvidos. Era crucial, tanto para conservadores quanto para liberais, tê-los como aliados.

No entanto, todo o esforço dos governos conservadores foi em vão, pois os índios continuaram aliados dos revoltosos. Os de Jacuípe passaram a fazer parte do Exército Liberal como membros do batalhão dos índios de Barreiros comandado por Bento José Duarte, Pedro Ivo e Caetano Alves.⁵⁴ Em novembro de 1848

51 Apeje. *Revolução Praieira* vol. 2. 20/11/1848. Ofício do delegado de Rio Formoso, Marco Henrique Wanderley, para o presidente da província de Pernambuco, Herculano Ferreira Pena, fls. 1128-1129.

52 AN. Série Interior. IJJ^o 282. 21/11/1848. Orientações do presidente de Alagoas, João Capistrano Bandeira de Mello, ao comandante do destacamento de Jacuípe, tenente Manuel Pereira de Souza Burity, fls. 297-297v.

53 AN. Série Interior. IJJ^o 282. 21/11/1848. Orientações do presidente de Alagoas, João Capistrano Bandeira de Mello, ao comandante do destacamento de Jacuípe, tenente Manuel Pereira de Souza Burity, fls. 297-297v.

54 Apeje. *Revolução Praieira* vol.1. 14/01/1849. Ordem do dia nº 1 do Comando Geral das tropas liberais acampadas no engenho Tentugal, fls. 337-338.

recebiam ordens para fazer os ataques aos engenhos, tendo participado também do ataque à capital de Pernambuco, Recife, em 2 de fevereiro de 1849. Após esse ataque fracassado, as tropas rebeldes retomaram os embates na região dos engenhos de seus líderes, sendo os indígenas de Barreiros e Jacuípe uma presença fundamental nos conflitos armados, conferindo número, força e, como já afirmou Izabel Marson, um tom de fidelidade da tropa às ordens das chefias praieiras. Entendemos que essa fidelidade foi moldada pelas próprias motivações indígenas, principalmente no que se referia à defesa das terras e das matas. O seu envolvimento nos conflitos tinha relação direta com as disputas locais com não índios pelo acesso ao território coletivo. Portanto, participar dos conflitos das elites constituiu-se numa estratégia para continuar lutando pelas terras das aldeias.⁵⁵

Nesse momento, o capitão Maurício de Barros Rego, de Jacuípe, ganhou visibilidade no comando dos índios da aldeia. Tal como Bento ou Salazar e, portanto, diferentemente de Agostinho, Maurício não era descendente de família de elite indígena, construída com base em apoios e alianças no período colonial. Temos poucas informações sobre ele, a não ser as fornecidas no período dos combates e que foram escritas pela correspondência dos militares dos governos de Pernambuco e Alagoas. Mas, podemos perceber que a sua atuação nos enfrentamentos armados o ajudaram a construir sua liderança no grupo e legitimar suas escolhas perante seus subordinados. O contingente de índios de diferentes grupos liderados por Maurício, Salazar e Bento foram determinantes em momentos da Praieira, após a invasão a Recife, proporcionando uma força fundamental quando as deserções das fileiras rebeldes passaram a ocorrer com frequência.

Acreditando que, ao conseguir a rendição de Maurício, os demais índios o seguiriam, o presidente de Alagoas propôs termos para que o líder se entregasse. Ele deveria apresentar-se, com a força que pudesse reunir, ao comandante da coluna em operação e “os que se apresentarem serão perdoados da falta de obediência ao governo de sua majestade o Imperador, que cometeram servindo a favor dos revoltosos”.⁵⁶ Ao oferecer um tipo de anistia a Maurício e seus indígenas, o presidente de Alagoas, Antônio Nunes de Aguiar, inaugurava e antecipava a estratégia utilizada pelo governo de Pernambuco nos meses seguintes com os líderes praieiros proprietários de engenhos, quando a Praieira já entrava em seus momentos derradeiros. Conseguir uma vitória sobre os indígenas poderia significar um desmantelamento das forças rebeldes e um avanço significativo para o êxito das forças governistas.

No entanto, Maurício frustrou as expectativas do presidente de Alagoas e não aceitou aquela proposta, argumentando que “não me é possível apresentar-me a vossa excelência e ficar anistiado por essa presidência, por ser eu habitante da província de Pernambuco e não de Alagoas”. Maurício ainda aproveitou a resposta para fazer uma crítica às autoridades de Porto Calvo, das quais “melhoramento algum se pode esperar para os povos dessa província pois são eles bem conhecidos”.⁵⁷ Maurício usou a justificativa de que estava em Pernambuco para não comparecer, pois estava, mais especificamente, em Água Preta, vila onde assinou a correspondência dirigida ao presidente de Alagoas. Com esse ardil, Maurício rejeitou a proposta de anistia que lhe foi oferecida e permaneceu nas lutas ar-

55 CARVALHO. “Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais”, pp. 63-64.

56 AN. Série Guerra. IG¹ 97. 22/02/1849. Correspondência do presidente da província de Alagoas, Antônio Nunes de Aguiar, para o capitão-mor dos índios de Jacuípe, Maurício de Barros Rego, fl. 13.

57 AN. IG¹ 97. 27/02/1849. Correspondência do capitão-mor dos índios de Jacuípe, Maurício de Barros Rego, para o presidente da província de Alagoas, Antônio Nunes de Aguiar, fl. 14.

madras na Zona da Mata sul ao lado dos praieiros. Da sua correspondência também é importante ressaltar que ele estava entrincheirado em Água Preta, nas proximidades do lugar conhecido como Riacho do Mato, onde Vicente de Paula já havia se refugiado durante a Cabanada e por onde circulavam também os outros grupos de índios aliados dos rebeldes, como os de Barreiros e Cocal.

No momento, cabe assinalar que Água Preta e, mais especificamente, o Riacho do Mato, cujos territórios eram limítrofes com o povoado de Jacuípe, separados apenas pelo rio de mesmo nome, foram se constituindo como espaços onde se deram intensas relações entre índios, escravos, cabanos remanescentes e outros não índios pobres. A região assumiu uma função muito especial para a população indígena da Zona da Mata sul pernambucana em meados da década de 1860.⁵⁸

Embora Maurício tenha se recusado a negociar com a presidência de Alagoas, os índios de Jacuípe começaram a se entregar justamente no momento em que várias lideranças rebeldes morreram e outras aceitaram a oferta governamental de anistia e exílio. Então, apesar da sua audácia, em abril de 1849, o capitão Maurício apresentou-se junto com outros 32 indígenas ao comando de Alagoas que estava estacionado em Água Preta, protestando obediência ao imperador. Como quase todos os que se apresentaram estavam armados de espingardas, o comandante ordenou que se recolhessem às suas casas para evitar qualquer tipo de confusão.⁵⁹ A notícia de rendição dos índios de Jacuípe deve ter sido recebida com entusiasmo, pois era um importante ganho para a Corte e os governos provinciais envolvidos. Tanto que o presidente de Alagoas fez a notícia chegar até o ministro dos negócios da guerra.⁶⁰

Não obstante, a rendição dessa pequena quantidade de índios não significou a interrupção das atividades do próprio capitão Maurício e de outros índios sob seu comando. Talvez tenha apresentado em Água Preta aqueles índios que não aguentavam mais participar do estado de guerra em que se envolveram, continuando Maurício a atuar com os outros que permaneceram ao seu lado até novembro de 1849. Importantes indicativos da continuidade da ação dos índios de Jacuípe e de Cocal durante o período em que os conflitos da Praieira novamente concentraram-se no sul de Pernambuco foram, por um lado, as medidas de repressão do governo e, por outro, as novas tentativas de convencimento feitas pelas autoridades governistas para que os grupos indígenas deixassem de participar dos enfrentamentos armados.

Em setembro de 1849, continuava sendo de grande interesse da presidência da província de Alagoas que as matas de Água Preta da fronteira com Pernambuco fossem revistadas e os rebeldes ali reunidos por Pedro Ivo fossem dispersos. Esses rebeldes eram considerados o “fermento de sedições”, oferecendo perigo à “ordem pública” das duas províncias. Grandes esforços estavam sendo feitos para colocar aquela região sob as ordens do governo e para conseguir a obediência de seus habitantes. Mas, além de conseguir a prisão de Pedro Ivo, era imprescindível também dispersar a população que o seguia, que formava ajuntamentos chamados de “coitos”. O exemplo citado pelo presidente de Alagoas sobre essa

58 SILVA, Edson; SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 1995.

59 Apeje. Comando das Armas, publicado em *Revista do Apeje*. 11/04/1849. Ofício do tenente-coronel Antônio Maria de Souza, para o comandante das armas da província de Pernambuco, José Joaquim Coelho, pp. 407-408.

60 AN. Série Guerra. IG' 97. Ofício do presidente de Alagoas, Antônio Nunes de Aguiar, para o ministro de Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello. 18 de abril de 1849, fl. 101.

“gente de Pedro Ivo” foi o do “caboculo Salazar”, que capitaneava “os índios do Cocal, e que a qualquer aceno de desordem se apresenta armado, como há bem pouco tempo acabou de praticar no dia das eleições, segundo fui informado pelo chefe de polícia”. Não foi possível conseguir mais dados sobre o envolvimento de Salazar e outros índios do Cocal nas eleições citadas na fonte, mas o episódio, aliado aos combates da Praieira, devem ter causado tanto impacto e medo na localidade que o presidente de Alagoas propunha medidas drásticas para a região: era necessário construir “grandes estradas que rasguem as matas e que facilitem uma colonização militar no lugar mais central”. Com isso, acreditava-se que seria possível destruir o “foco de aventureiros” e as “pequenas repúblicas” que ali se formavam. Planejava-se devastar as matas e destruir os rebeldes instalados. Estes, segundo suspeitas do presidente de Alagoas, deveriam receber ajuda de potentados locais, que os mantinham armados para impedir ou resistir a possíveis levantes de escravos.⁶¹ Tais medidas não foram tomadas de imediato, pois as estradas de ferro apenas seriam instaladas em Pernambuco, rasgando as matas, como se desejava, alguns anos depois.⁶²

Diante da resistência dos rebeldes que ainda se refugiavam na região de Água Preta e Jacuípe, a tática do governo tornou-se mais conciliatória, no intuito de conseguir a rendição daquelas forças e sua adesão para o lado de quem estava no poder. Em 1849, os diretores de Aldeia e os diretores Gerais começavam a atuar em Alagoas de acordo com o Regulamento das Missões de 1845,⁶³ por isso, o diretor geral dos índios da província tomou a frente das negociações. O diretor José Rodrigues Leite Pitanga estava encontrando muitas dificuldades em reunir os índios para formar um corpo e prestar ajuda a José Joaquim Coelho, que comandava as operações contra os rebeldes praieiros. Por isso, dirigiu-se à aldeia do Cocal e, ali chegando, o diretor passou a animar os índios, mostrando “o dever que eles tem de obedecer ao Governo e prestarem-se em tudo que ele ordenar”.⁶⁴ Devido ao seu trabalho de convencimento, vinte e quatro índios resolveram segui-lo, recebendo ainda a promessa de outros tantos que iriam encontrá-lo mais adiante. A adesão dos índios do Cocal pode ter causado algum contentamento ao diretor geral, apesar de suas poucas promessas e que talvez não tenham sido cumpridas. Mas, o diretor precisava de mais homens e, assim, convocara cem guardas nacionais de Porto Calvo para guarnecer o lugar.⁶⁵

Chegando ao aldeamento de Jacuípe, algumas pessoas o alertaram, aconselhando que “não deposite confiança na maior parte dos habitantes desta aldeia, tanto nos guardas nacionais, como nos índios”. Além disso, recebera notícias de que os rebeldes estavam prontos para atacá-lo, deixando-o numa posição muito delicada. Mesmo estando nessa situação e tendo aplicado “as medidas mais per-

61 AN. Série Guerra. IC¹ 97. 20/09/ 1849. Ofício do presidente da província de Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, fls. 44, 44v, 50, 50v.

62 SILVA. *O Lugar do Índio*, p. 11. MELLO, Evaldo Cabral de. “As províncias do norte e os ‘melhoramentos materiais’”. In: *O Norte agrário e o Império*. 1871-1889. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 191-244.

63 Sobre o Regulamento das Missões, consultar CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. SAMPAIO, Patrícia. “Política indigenista no Brasil imperial”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 175-206. SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros*. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

64 Apeje. Comando das Armas. 07/11/1849. Ofício do diretor geral dos índios de Alagoas, José Rodrigues Leite Pitanga, para o comandante das armas, José Joaquim Coelho. *Revista do Apeje*, pp. 636-637.

65 Apeje. Comando das Armas. 07/11/1849. Ofício do diretor geral dos índios de Alagoas, José Rodrigues Leite Pitanga, para o comandante das armas, José Joaquim Coelho. *Revista do Apeje*, pp. 636-637.

suasivas e prudentes” para reunir os índios, pouquíssimo conseguiu daquela população, pois tendo permanecido três dias na aldeia de Jacuípe, à espera da adesão dos índios dali e do Cocal, não conseguiu reunir sequer um soldado. A expectativa do diretor ao chegar a Jacuípe revela um pouco dos seus argumentos para convencer os indígenas, bem como os interesses destes últimos de se aliarem ao governo. O diretor esperava encontrar “mais obediência e desejos de defenderem o seu terreno”, mas, ao contrário, encontrou os índios “indiferentes”.⁶⁶

Diante da afirmação do diretor é de supor que ele tenha tentado barganhar com os índios, oferecendo maior proteção para as suas terras em troca de apoio militar; negociação que seria benéfica para ambos os lados, segundo sua lógica. O diretor interpretou que a defesa do território seria de grande importância para os indígenas de Jacuípe, e que isso os faria apoiá-lo. Como demonstramos até aqui, de fato a manutenção do aldeamento era o motivo mais forte para estimular a participação indígena nas guerras. Não obstante, havia outras questões que os motivavam a participar das revoltas ou a mudar as suas escolhas durante os conflitos, como as alianças já formadas e mantidas de acordo com os interesses envolvidos, disputas políticas locais, comando de uma liderança indígena legitimada pelo grupo e condições de penúria advindas das guerras.

Embora não tenhamos mais elementos para analisar o desinteresse dos índios pela proposta do diretor geral de Alagoas, podemos inferir que para eles continuar fazendo parte da rebelião nas matas apoiando os rebeldes significaria maiores chances de proteger o uso coletivo das terras da aldeia. Manter-se ao lado dessa parte da elite poderia protegê-los com mais eficácia dos desmandos e invasões de terras realizados por outros potentados locais.

O poderio bélico e a recalcitrância dos indígenas de Jacuípe e Cocal faziam com que a tática das autoridades do governo continuasse a ser a do convencimento. O próprio comandante das armas de Pernambuco, José Joaquim Coelho, já havia tentado fazer um acordo com os índios, principalmente com os de Jacuípe, quando percebeu que não havia chegado força alguma da Guarda Nacional, nem dos índios de Alagoas. Ele dirigiu-se diretamente aos chefes dos índios de Jacuípe, “convidando-os a se apresentarem com os seus governados para ajudar a debelar a anarquia”. Ofereceu o “vencimento diário de um cruzado e uma ração de duas libras de carne verde ou uma de carne seca, e um décimo de farinha”. Esse cálculo foi baseado no que receberam na “guerra passada”, ou seja, a Cabanada, quando se renderam e receberam uma ração ordinária de 640 réis por dia.⁶⁷

Diante dos esforços e tentativas de convencer os índios de Jacuípe a participarem da repressão e da negativa destes, o comandante das armas, José Joaquim Coelho, finalmente chegou à conclusão de que não podia esperar qualquer tipo de ajuda deles e comunicou a situação ao presidente da província. Eles não pretendiam aliar-se ao “partido da ordem”.⁶⁸ Dessa forma, teriam que lidar com os últimos rebeldes refugiados nas matas de Água Preta apenas com as tropas que ainda existiam em Pernambuco.

No entanto, àquela altura do desenvolvimento dos conflitos da Praieira, as forças rebeldes estavam cada vez mais enfraquecidas. Foi no mesmo período em

66 Apeje. Comando das Armas. 07/11/1849. Ofício do diretor geral dos índios de Alagoas, José Rodrigues Leite Pitanga, para o comandante das armas, José Joaquim Coelho. *Revista do Apeje*, pp. 636-637.

67 Apeje. Comando das Armas. 05/11/1849. Ofício do comandante das armas, José Joaquim Coelho, para o presidente da província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão. *Revista do Apeje*, p. 671-672.

68 Apeje. Comando das Armas. 10/11/1849. Ofício do comandante das armas, José Joaquim Coelho, para o presidente da província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão. *Revista do Apeje*, p. 635-636.

que o governo de Pernambuco tentava convencer os índios que Pedro Ivo cedeu às negociações e se entregou, morrendo em alto mar quando viajava em direção à Europa. Os índios de Jacuípe também sofreram uma grande perda. Nos conflitos do dia 14 de novembro morreu o capitão Maurício. Ele fora identificado por Coelho como “um dos chefes rebeldes”, “índio rebelde que tem figurado na maior parte dessas resoluções e sedutor de quantos índios se acham com os rebeldes”.⁶⁹ A ameaça que a liderança de Maurício causava era grande, pois o comandante das armas tratou da sua morte da seguinte maneira: “a sua morte traz grande utilidade, não só por ter desaparecido um inimigo realmente terrível, como porque é provável que os índios se retirem com a perda do seu chefe”.⁷⁰

A outra liderança importante dos índios de Alagoas, o capitão Salazar apresentou-se no acampamento de Coelho em Água Preta acompanhado do diretor dos índios de Alagoas, alguns guardas nacionais e “meia dúzia de índios”, dos quais muitos já haviam desertado. O comandante das armas ordenou que os índios se retirassem porque não eram necessários naquele momento, mas deveriam manter-se prontos para quando fossem chamados. A atitude de Coelho nesse momento contrastou com a de poucos dias atrás, quando tentava de todas as formas convencer os índios a aderir às forças do governo. Ele se justificou dizendo que os índios se apresentaram em número diminuto e que estavam dispostos a desertar caso o diretor voltasse para Alagoas. Para prevenir que cometessem algum crime, Coelho mandou que se retirassem.⁷¹ Mesmo com a rendição dos índios e a morte de uma das suas lideranças mais importantes, o receio de que se rebelassem ou causassem mais danos aos proprietários da região ainda era forte.

Após a sua rendição e seu alinhamento com os governos de Pernambuco e de Alagoas, o diretor dos índios da província passou a ter despesas com o sustento dos índios, que também receberam gratificações por “serviços importantes prestados pelos mesmos índios em favor da legalidade, de que grande proveito se tirou”. A ajuda foi concedida, provavelmente, para manter os indígenas em sossego com o fim da Praiaira, justificando o sustento deles com o apoio que deram ao governo após o término da Cabanada, quando se renderam. Também foram feitos gastos para a realização da festa do padroeiro da aldeia de Jacuípe, São Caetano.⁷² Ainda que os índios estivessem vivendo numa situação miserável, era de grande importância para o governo reconhecer a sua ajuda através de gratificações e mantê-los satisfeitos. Mais uma vez, mesmo tendo participado ativamente dos conflitos armados e tendo infligido grandes perdas às tropas governistas, os indígenas de Jacuípe não sofreram uma repressão violenta, mas tiveram a oportunidade de negociar a sua rendição e, depois, receberem gratificações pela ajuda que deram. Era imprescindível mantê-los ao lado do governo mesmo com o fim da Praiaira.

69 Apeje. Comando das Armas. 23/11/1849. Ofício do comandante das armas, José Joaquim Coelho, para o presidente da província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão. *Revista do Apeje*, p. 657-658.

70 Apeje. Comando das Armas. 23/11/1849. Ofício do comandante das armas, José Joaquim Coelho, para o presidente da província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão. *Revista do Apeje*, p. 657-658.

71 Apeje. Comando das Armas. 23/11/1849. Ofício do comandante das armas, José Joaquim Coelho, para o presidente da província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão. *Revista do Apeje*, p. 657-658.

72 AN. IG' 97. 04/06/1850. Ofício do presidente da província de Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo, para o ministro Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, fls. 42-43v.

Conclusões

Durante as revoltas, os indígenas de Barreiros e Jacuípe envolveram-se na tentativa de satisfazer suas necessidades e alcançar seus interesses. O apoio conferido a um lado ou outro dos conflitos das elites provinciais era, então, entendido como uma estratégia para defender as terras coletivas das aldeias ou mesmo satisfazer as expectativas individuais de uma liderança com forte representatividade entre os índios que comandava. O envolvimento dos grupos indígenas foi fundamental tanto para os rebeldes quanto para os governos repressores, que disputavam o seu trabalho, poderio bélico e conhecimento da região. Era importante ter os indígenas como aliados, no intuito de ter acesso a sua mão de obra e angariar seu apoio político e militar. As tentativas de convencimento dos indígenas, exitosas ou não, eram baseadas em promessas que tentavam contemplar suas expectativas em relação a terras, a pagamentos em dinheiro ou rações ou, em alguns casos, a interesses particulares.

Por sua vez, a participação de indígenas nas rebeliões garantiu a sua inserção em movimentos que tinham em seu cerne as disputas entre as elites provinciais por diferentes projetos políticos para o Estado brasileiro. Nesse sentido, os indígenas reafirmaram o seu envolvimento nesse processo, grosso modo, na tentativa de manter seu lugar diferenciado, que lhes garantia direitos específicos adquiridos no período colonial, dentro da sociedade escravocrata e hierarquizada do Brasil oitocentista. Articularam seus problemas relacionados à posse coletiva das terras com os movimentos rebeldes decisivos na vida política provincial, contribuindo, assim, para a construção do Estado nacional brasileiro no século XIX.

Recebido em 12/08/2014

Aprovado em 27/01/2015

